

INFORMATIVO PARA OS TRABALHADORES **TERCEIRIZADOS** DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

DIGNIDADE E NOVOS DIREITOS

CUT ^{DF}

O presidente Lula assinou no dia 13 de abril a regulamentação do Decreto nº 12.174/2024 e das Instruções Normativas 147 e 148. O ato oficializa novas garantias trabalhistas e impacta a rotina de mais de 40 mil profissionais terceirizados na administração pública federal. A ação tira o setor da invisibilidade e confere mais dignidade ao grupo por meio de avanços reais.

JORNADA DE 40 HORAS SEMANAIS

A carga horária semanal reduziu de 44 para 40 horas. O salário mensal permanece intacto. Esta medida garante mais tempo para o descanso e para a vida familiar. O direito vale para todos os contratos que não seguem regimes de escala específicos.



DIGNIDADE E NOVOS DIREITOS • DIGNIDADE E NOVOS DIREITOS

REEMBOLSO- -CRECHE EQUIPARADO

O valor do auxílio para o cuidado infantil está garantido no valor de R\$ 526,64 por dependente. O montante agora é igual ao benefício pago aos servidores públicos federais. Este suporte financeiro reconhece a importância do cuidado com os filhos em um setor com forte presença de mulheres.

**“No nosso governo,
você não são invisí-
veis. Todo santo dia
enxergamos muito
bem você e sabemos
que o que fazemos é
pouco diante da ne-
cessidade que você”**

Luiz Inácio Lula da Silva



@cut_df



cutdfoficial



cutdfoficial



PRAZOS E APLICAÇÃO

CALENDÁRIO DE ATUALIZAÇÃO

As empresas prestadoras de serviço têm o período entre o dia 1º de maio e o dia 31 de dezembro deste ano para formalizar as mudanças. Os gestores públicos fiscalizam o cumprimento destas obrigações. Caso a firma apresente resistência na assinatura dos termos, a administração pública pode realizar novas contratações e excluir a empresa atual.

DIGNIDADE E NOVOS DIREITOS ° DIGNIDADE E NOVOS DIREITOS DIGNIDADE E NOVOS DIREITOS

AÇÃO E SUPORTE

Alguns órgãos sinalizam dificuldade na aplicação das normas. Nestas situações, o envio imediato de um ofício exige a apresentação de um cronograma de implementação. O Ministério da Gestão e da Inovação (MGI) atua para intervir em casos de recusa. O recebimento dos valores retroativos é um direito garantido a partir da data de assinatura dos novos termos aditivos.

PRÓXIMOS PASSOS

As trabalhadoras e trabalhadores devem agilizar o envio dos documentos necessários. O corpo jurídico dos sindicatos deve conduzir a parte técnica dos processos. Outra tarefa é incluir estes benefícios de forma definitiva nas convenções coletivas de trabalho. Garanta o seu direito e mantenha contato com o seu sindicato.

DIGNIDADE E NOVOS DIREITOS



@cut_df f cutdfoficial ▶ cut-df @cut-df